

DA NECESSIDADE DE UMA EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE SEXUAL ATRAVÉS DA LITERATURA: REFLEXÕES DOCENTES

BARRETO, John Paulino; ALVES, Risolene Joana; SILVA, Marcelo Medeiros da

(John Paulino Barreto)

(John Paulino Barreto – Universidade Estadual da Paraíba / johnne.paulino20@hotmail.com)

Resumo: A sociedade do século XXI, a cada dia, passa por transformações sociais decorrentes dos avanços tecnológicos, das lutas de classes e das reivindicações de direitos que até então não eram facultados às minorias sociais. Nesse cenário, a escola assume um papel de relevo porque a ela compete a formação de alunos conscientes e comprometidos com essas transformações que pouco a pouco têm alterado os códigos culturais e comportamentais em que se assenta a nossa sociedade. Dentre essas transformações a que a escola não pode se furtar de discutir com seus alunos, estão as questões de gênero e de sexualidade, especialmente as que dizem respeito às minorias sexuais. Tendo em vista o exposto, o presente trabalho procura refletir acerca da importância de uma educação cujo escopo seja a diversidade sexual. Em nossa reflexão, acreditamos que o texto literário pode auxiliar para que o currículo escolar tenha uma natureza inclusiva e, assim, promova, no ambiente escolar, o respeito à diferença, à diversidade, sobretudo aos sujeitos pertencentes ao grupo LGBTTT (Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti, Transexual e Transgênero). A presente pesquisa é de cunho bibliográfico e segue duas linhas teóricas: a dos estudos de gênero e de sexualidade e a das metodologias sobre o ensino de literatura. No caso da primeira, apoiamos nossas reflexões nos estudos de Rena (2014) e Severo (2013). No caso da segunda, centramo-nos nas orientações didático-metodológicas de Compagnon (2003), Jauss (1979) e Rouxel (2013), além dos documentos parametrizadores, como as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (OCM, 2006), os Referenciais Curriculares para o Ensino Médio da Paraíba (2006), a Lei de Diretrizes e Bases (LDB, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's, 1997). Esperamos que as reflexões apresentadas neste trabalho possam impulsionar outros trabalhos com a temática da diversidade sexual a partir da literatura, de maneira que a inserção, sistemática, de tal temática, na sala de aula, possa contribuir para a formação de alunos/as que, por sua vez, possam vir a ser cidadãos/ãs mais respeitosos/as, humanizados e abertos à pluralidade que nos institui e nos constitui.

Palavras-Chave: Ensino de Literatura; Reflexões Docentes; Educação Humanizadora, Diversidade Sexual.

1. INTRODUÇÃO

A formação do professor diz respeito a um processo de aperfeiçoamento do profissional da educação a partir da realidade escolar em que atua. Por isso, essa formação deve ser “contextualizada, com levantamento das necessidades do contexto escolar e de cada professor, em sintonia com as demandas sociais e culturais” (OLIVEIRA, 2013, p.33). Dentro dessa perspectiva, o professor não será aquele que apenas dará aulas, mas buscará uma capacitação que lhe permita realizar pesquisas, a fim de desenvolver novos saberes e de refletir sobre sua própria prática a partir de investigações que podem ser oriundas do seu próprio fazer pedagógico. Para isso, é importante que a prática docente seja motivada pela ação e reflexão, bem como seja guiada pela ideia de interação entre todos que participam direto e indiretamente da educação: gestores, pais, coordenadores, funcionários da secretaria escolar etc.

Sendo assim, o ensinar vai além dos limites da sala de aula, sempre procurando associar a teoria com a prática (práxis), tendo em vista os conhecimentos e saberes necessários para que haja uma boa interação (aluno-professor-conteúdos) na sala de aula. Essa interação poderá ser bem sucedida no momento em que as experiências de mundo dos alunos, como também a realidade deles, possam ser um dos fatores relevantes para a construção do saberes que a escola fomenta.

Dessa forma, o ensino, na atualidade, não pode ser tratado a partir de uma abordagem tradicionalista, uma vez que estamos vivenciando uma exploração tecnológica que modifica todo o processo de aprendizagem. Além disso, vivemos em constantes transformações sociais que incidem diretamente sobre a escola, havendo, portanto, uma necessidade de discutir em sala de aula tais transformações de maneira que os alunos não só saibam compreendê-las, mas interferir nelas. E o professor deve ter consciência dessas novas questões e, por sua vez, traçar um novo perfil de aula que possa despertar o interesse dos discentes, devendo ser, portanto, um agente reflexivo da sua própria prática docente.

Dentre tais transformações por que passa a nossa sociedade e que se faz necessária como objeto de discussão e reflexão em sala de aula, está a reflexão sobre diversidade sexual. Nesse sentido, se o docente entende que a educação é fator de humanização e que a escola deve formar sujeitos que, para além de críticos, sejam também respeitosos com o que é diferente, que valorizem a diversidade e a pluralidade não só de ideias, mas de desejos, modos de ser e de existir, compete a esse docente criar condições para que, em sala de aula, a discussão sobre diversidade seja algo cotidiano de maneira que os alunos possam se tornar conscientes de que a diversidade é, “do ponto

de vista cultural, [uma] construção histórica, cultural e social das diferenças”. (GOMES, 2007, p.30). Dessa maneira, a diversidade pode ser entendida como reafirmação de um grupo que, por motivos culturais e históricos, são colocados numa posição diferente daqueles que são considerados idênticos. Assim, “nenhum grupo humano e social é melhor do que outro. Na realidade, todos são diferentes. Tal constatação e senso político podem contribuir para se avançar na construção dos direitos sociais” (GOMES, 2007, p.30).

Conforme Garcia (2000), é na escola que crianças e adolescentes devem começar a refletir sobre orientação sexual, para que eles possam ter suas experiências de crescimento pessoal e de aprendizagem, de modo que haja reflexões acerca de comportamento sexual, respeito de relacionamentos, valores etc. Com isso, segundo esse autor, os alunos poderão enriquecer-se no desenvolvimento humano, na comunicação, na sociedade, na cultura e na saúde sexual.

Sabe-se que refletir sobre orientação sexual e sobre identidade de gênero na escola é um dever necessário para que haja um conhecimento mais profundo sobre o comportamento humano em meio as suas escolhas e seus direitos como cidadãos. Além disso, “esse trabalho de orientação está concebido dentro de um processo educativo ético” (GARCIA, 2000, p. 22), processo esse que diz respeito ao dever que a escola tem em fazer os alunos refletirem criticamente acerca dos diversos assuntos transversais, instigando-os à cidadania e à humanização enquanto pessoas que agem diretamente na sociedade.

Nesse sentido, o professor tem a função de formador, pois esse profissional tem o dever de “conduzir o educando para a reflexão e atuar sobre o pensamento. Não é um pensamento qualquer ou de qualquer maneira, não podendo ficar somente sob a responsabilidade de próprio sujeito” (SILVA, 2012, p. 37). Isso quer dizer que o professor terá de desmistificar ideias que seus alunos acham ser corretas – ideias essas que muitas das vezes vêm da tradição (senso comum, crenças religiosas, valores familiares etc.) – permitindo-lhes descobrirem novas informações e serem pessoas não preconceituosas.

Diante do novo contexto escolar, marcado por transformações de toda ordem, a literatura deve ser levada à sala de aula partindo do pressuposto de que ela pode propiciar uma educação humanizadora, pois o texto literário nos apresenta uma visão de mundo particular, nos organiza e nos liberta da desordem social provocada por uma visão restrita do mundo. Nesse contexto de transformação, a escola deve ser entendida como aquela instância que completa os espaços vazios de seus alunos, isto é, ela é a agência social que deve preencher as necessidades de seus alunos e, assim, formá-los para um mundo onde as transformações são visivelmente notadas.

Dessa forma, na discussão sobre diversidade, o texto literário pode ocupar um lugar especial não só porque ele é uma espécie de depósito de experiências humanas, mas, acima de tudo, porque atua como fator de humanização, "que exprime o homem e depois atua na própria formação do homem" (CÂNDIDO, 2002, p. 80) e, sendo uma "representação de uma dada realidade social e humana, [...] faculta maior inteligibilidade com relação a esta realidade". (CANDIDO, 2002, p. 86). Nota-se, nessas palavras desse autor, que a literatura pode ser compreendida como a representação das experiências humanas, dizendo-nos "o que somos e nos incentiva a desejar e a expressar o mundo por nós mesmos" (COSSON, 2014, p. 17).

Nesse sentido, a literatura deve ser trabalhada, na sala de aula, como uma experiência literária em que os alunos poderão romper os limites do texto escrito e serem leitores que possam "ultrapassar o simples consumo de textos literários" (COSSON, 2014, p. 47). A esse respeito, Pinheiro (2008) afirma que "cabará aos professores e alunos estarem conscientes de que a literatura existe em função da vida e não da escola, apesar de ser, neste espaço, que se tem a oportunidade de promoção das mais diversas práticas de leitura" (PINHEIRO, 2008, p. 43). Acrescentemos que, além das diversas práticas de leitura, pela literatura, é possível que a escola trabalhe também com as mais diversas temáticas. Por isso, a nosso ver, o trabalho com o texto literário pode ser uma porta que possibilite uma abertura em meio a um currículo pouco flexível quando se trata de abordagem de temas/temáticas "espinhosos", como é o das relações de gênero, da sexualidade e da diversidade sexual.

2. LITERATURA E DIVERSIDADE SEXUAL NA ESCOLA

O tema "diversidade sexual", na sociedade do século XXI, ainda é considerado tabu, estranho ou algo que pode gerar inquietação nos vários setores sociais. Entretanto, desde o final do século XX, há uma preocupação dos pesquisadores em estudar a expressão do desejo entre pessoas do mesmo sexo, com o objetivo de compreender as transformações sociais, bem como (re)construir os termos dados a essa relação. Nesse caso, o termo "homossexualidade", para a sociedade contemporânea, parece ser mais aceito do que homossexualismo, pelo fato de aquele implicar numa ideia mais ampla e menos preconceituosa, enquanto este remete à ideia de doença, advinda do século XIX. Porém, como afirma Costa (1992), havia certa insatisfação nos termos "homossexualidade" e "gay", pelo fato de essas duas palavras passarem pela ideia de questão identitária, algo que caracterizasse pessoas que praticam relações afetivas e sexuais.

Para pôr fim a essa ideia, Costa (1992) propõe o termo “homoerotismo” com o objetivo de desfazer as concepções ligadas às noções de homossexualismo ou homossexualidade. Para o autor, a noção de homoerotismo é mais adequada por descrever as práticas ou desejos dos homoeróticos em sua pluralidade e desconstruir qualquer visão essencialista ou patológica. Ele ainda afirma que esses termos anteriores relacionam-se à doença, ao crime e, até mesmo, a uma marca subjacente a todos os sujeitos cuja orientação sexual tende ao amor entre pessoas do mesmo sexo biológico.

Oliveira (2006), discordando do termo “homoerotismo”, cunhado por Costa (que nega as ideias do século XIX, como doenças físicas ou psicológicas, mas remete a um dos aspectos de preconceito contra gays que é o interesse e prática sexuais exagerados), cria a palavra “homoafetividade” para realçar o aspecto que não é de ordem, nem tampouco sexual, e sim da afetividade, o afeto independente do sexo do par. Ou seja, a ideia deste termo implica numa relação vinculada ao afeto, ao acontecimento de uma pessoa se sentir bem sexualmente, amorosamente e psicologicamente com outra do mesmo sexo. Todas essas questões estão inteiramente ligadas às noções de sexualidade e gênero, noções essas que podem esclarecer algumas dúvidas no que dizem respeito à relação entre pessoas do mesmo sexo.

A essa discussão, acrescentemos que outra: a do conceito de gênero, o qual está muito ligado à noção de construção de atitudes, comportamento e identidade social. Aprendemos a ser homem ou mulher pela influência familiar, meios de comunicação, religião, amigos, espaço de trabalho etc. Entretanto, essa noção pode ser desconstruída à medida que os fatores sociais, históricos, afetivos e culturais vão sendo associados à identidade pessoal do ser masculino e do ser feminino que é independente do sexo biológica. Severo (2013) afirma que a ideia de ser mulher ou ser homem faz parte da construção da realidade social:

A maneira de ser homem ou ser mulher é produzida na cultura. As várias formas de fazer-se mulher ou homem são construídas socialmente, são produtos da realidade social e não são naturalmente determinados pelas diferenças inscritas nos corpos, assim também como o modo de viver desejos e prazeres corporais. (SEVERO, 2013, p.62).

Essa construção implica dizer que o sujeito tem suas experiências sociais e pessoais que podem ou não ter relação com o sexo atribuído no nascimento, podendo haver modificações nas vestimentas e, até mesmo, na aparência física através de processos cirúrgicos. Essas experiências também têm a ver com a capacidade de cada sujeito despertar um interesse afetivo, sexual e/ou emocional por uma pessoa de sexo diferente, do mesmo sexo ou de ambos os sexos.

A orientação sexual está inteiramente ligada à vida, à saúde e aos direitos humanos, pois a sexualidade é uma característica inata do ser humano, que não nasce conosco de forma pronta, mas que vai sendo construída, reelaborada ao longo da vida, de acordo com as experiências vividas por cada um ser humano. Conforme Rena (2014), a sexualidade é uma construção social que está em constante interação com a realidade em que está inserida.

Sendo assim, refletir e discutir sobre sexualidade e gênero é um dos fatores primordiais para que o preconceito e estereótipos sejam combativos, a fim de que se tenha uma sociedade mais igualitária e respeitosa para com as diferenças, e a escola é o ambiente mais eficaz para que haja uma compreensão humanizadora a respeito dessa temática ainda considerada tabu. Entretanto, “muitas vezes, a escola não é vista como um lugar onde a sexualidade pode se expressar ou ser discutida” (SEVERO, 2013, p74). Isso muitas das vezes ocorre pelo fato de vivermos numa cultura heteronormativa que restringe o papel social da mulher e o papel social do homem a uma educação exclusiva e singular, não permitindo, assim, no âmbito escolar, um currículo que contemple a diversidade sexual:

Historicamente, a forma como a escola brasileira vem sendo construída fazem dela tributária de um conjunto dinâmico de valores, normas e crenças responsáveis por reduzir à figura do ‘outro’ (instituído como ‘estranho’, inferior’, ‘pecador’, ‘doente’, ‘pervertido’, ‘criminoso’ ou ‘contagioso’) todos aqueles e aquelas que não se enquadram ao único componente legitimado pelo modelo heteronormativo. No espaço da educação escolar, o sujeito que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequência sexo/ gênero/ sexualidade, serão tomados como minoria e serão colocados à margem das precauções de um currículo ou de uma educação que se pretende para a maioria. (SILVA E RIBEIRO, 2013, p. 419).

É dever da escola propiciar ao aluno o seu amadurecimento enquanto cidadão, incluindo-o como agente transformador da sociedade, evitando maiores números de evasão escolar por causa de um ensino excludente, bem como o preconceito entre todos que fazem parte do processo educacional. Com isso, é responsabilidade da escola promover eventos educativos que estimulem o processo contínuo e progressivo dos alunos, principalmente no que diz respeito à leitura:

A escola é lugar de compartilhar conhecimentos. Na escola, a criança e o adulto interagem numa relação social específica, a relação de ensino. A criança, no papel de aluno, é colocada diante da tarefa de compreender as bases dos conceitos sistematizados ou científicos; o professor é encarregado de orientá-la. É preciso aprender e ensinar a ler na escola. (VALLE, s/d, p. 4)

Dessa maneira, formar alunos-leitores competentes que gostem de ler é tarefa da escola, como uma forma de eles adquirirem conhecimentos acerca das várias áreas de conhecimento para que eles se tornem pessoas que “continuem a aprender durante a vida toda” (VALLE, s/d, p.3). Assim, trabalhar, na sala de aula, temáticas que ainda não consideradas tabu, a exemplo da homoafetividade, é garantir que o aluno poderá conscientizar-se do dever em respeitar as diferenças e promover a educação inclusiva e democrática. Para isso, levar a literatura para sala de aula visa “garantir a função essencial de construir e reconstruir a palavra que nos humaniza” (COSSON, 2014, p. 23). Instigando os alunos à leitura de obras que os seduzam, bem como promovendo um “letramento literário” (COSSON, 2014, p. 23), poderemos formar leitores conscientes, maduros e crítico-reflexivos e, sobretudo, abertos à diversidade.

Considerando-se o fato de que a literatura atua como repositório de experiências humanas as mais diversas, ou seja, desde sempre, o texto literário é um cabedal de temas que são fundantes para o ser humano (amor, morte, raiva, desejo), estar diante de um texto literário que tematize as relações homoafetivas pode, para alguns leitores, não só propiciar a eles uma identificação, visto que eles se verão representados no que estão a ler, como também contribuir para que o horizonte de expectativas deles se amplie e passem a ver as questões de diversidade sexual como algo valorativo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir e discutir sobre sexualidade e gênero é um dos fatores primordiais para que o preconceito e estereótipos sejam combatidos, a fim de que se tenha uma sociedade mais igualitária e respeitosa para com as diferenças, e a escola é o ambiente mais eficaz para que haja uma compreensão humanizadora a respeito dessa temática ainda considerada tabu. É dever da escola propiciar ao aluno o seu amadurecimento enquanto cidadão, incluindo-o como agente transformador da sociedade. Com isso, é indispensável que reconheçamos que a sexualidade está na escola, e isso não pode ser ensinado aos alunos apenas do ponto de vista biológico, mas também do ponto de vista social, da identidade de gênero e orientação sexual, pois ela faz parte dos sujeitos e das suas construções afetivo-histórico-culturais.

A existência de leis educacionais que orientam os professores a trabalharem temas que circulem na sociedade e que são considerados tabus atesta ainda mais não só a necessidade de discussão a questão da diversidade sexual, como a relevância de estudos como o que pretendemos realizar. Nesse sentido, tanto as Orientações Curriculares para o Ensino Médio (2006) quanto a Lei

de Diretrizes e Bases (1996), lei geral da educação brasileira, ressaltam a importância do amadurecimento do aluno a partir do trabalho com temas sociais, como maneira de se formar um leitor crítico-reflexivo. A título de exemplificação, lembremos que o artigo 1º da LDB (1996) afirma que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Defendemos, portanto, que o trabalho com o texto literário pode contribuir para que sejam formados alunos críticos, respeitosos e abertos à pluralidade amorosa, bem como para que a escola possa se tornar um espaço de inclusão e socialização entre todos, independentemente do sexo/gênero a que pertençam.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio**. Vol. 1. Linguagens, códigos e tecnologias. Julho de 2006.
- BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9394/96**. Brasília : 1996.
- BUZEN, Clecio. MENDONÇA, Márcia. (org.). **Português no Ensino Médio e a formação do professor**. São Paulo: Parábola, 2006.
- CANDIDO, Antônio. **Textos e intervenção**. 34ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 2002.
- COMPAGNON, Antoine. **O Demônio da Teoria: Literatura e senso comum**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- COSSON, Rildo. **Letramento literário: teoria e prática**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2014.
- COSTA, J. F. **A inocência e o vício: estudos sobre o homoerotismo**. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1992.
- DOLZ, J. e SCHNEUWLY, B. **Gêneros e progressão em expressão oral e escrita**. In “Gêneros Oraís e escritos na escola”. Campinas(SP): Mercado de Letras; 2004.
- GARCIA, Wilton. **A forma estranha: ensaios sobre cultura e homoerotismo**. São Paulo: Edições Pular, 2000.
- GOMES, Nilma Lino. **Indagações sobre o currículo do Ensino Fundamental**. Ministério da Educação, Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2007.
- JAUSS, Hans Robert. **A literatura e o leitor: textos da estética da recepção**. Coordenação e tradução de Luiz Costa Lima. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

OLIVEIRA, T. L. **Teoria Queer e estigma: a construção de performances homoafetivas em narrativas de histórias de vida.** Tese de Doutorado. Departamento de Letras. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ, 2006.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Sequência Didática Interativa no processo de formação de professores.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

PINHEIRO, Hélder. **Poesia na sala de aula.** Campina Grande: Bagagem, 2007.

PINHEIRO, Hélder. **Literatura e formação de leitores.** Campina Grande: Bagagem, 2008.

RENA, Luiz Carlos Castello Branco. **Sexualidade e adolescência.** 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

ROUXEL, A. **Aspectos metodológicos do ensino de literatura.** In: Dalvi, M. A.; Rezende, N. L.; Jover-Faleiros, R. (org.). *Leitura de literatura na escola.* São Paulo: Parábola, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SEVERO, Rafael Adriano de Oliveira. **Gênero e Sexualidade: Grupo de discussões como possibilidades formativa.** São Paulo: Paco Editorial, 2013.

SILVA, Clemildo Anacleto da. **Diversidade na educação, respeito e inclusão: valores éticos e comportamentos pró-sociais.** Porto Alegre: EDIPUCRS: Editora Universitária Metodista IPA, 2012.

SILVA, Antônio de Pádua Dias de. RIBEIRO, Maria Goretti. **Rumo dos estudos de gênero e de sexualidades na agenda contemporânea.** – CG: EDUEPB, 2013.

STROGENSKI, Maria José Ferreiro. SOARES, Susane. **Ensino de Literatura: uma proposta por unidade temática.** Revista dos alunos de graduação em Letras: Paraná, 2011.

VALLE, Maria de Jesus Ornelas. **A formação do leitor competente: Estratégias de leitura.** PR: Artigo acadêmico. S/d.